

A CORRUPÇÃO DE CADA UM

Marcelo Coelho¹

RESUMO: Sem questionar a veracidade das acusações e denúncias de corrupção na história brasileira, este artigo propõe uma análise em que a “essência” do escândalo político, sua “forma” e seus “antecedentes históricos” interessariam menos do que conhecer a qualidade dos agentes que o (d)enunciam. A pergunta se volta, assim, para o “quem”, e não para o “quê”.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção; Moralismo; Udenismo; Classes Médias.

ABSTRACT: Discarding any doubts about the truthfulness of most accusations relating to corruption in Brazil’s history, this article points to an analysis in which to know the “essence” of a political scandal, its “form”, its “historical origins” is less important than to identify the quality of the political agents who denounce it. Our questioning envisages, therefore, the “who”, and not the “what” of a political scandal.

KEYWORDS: Corruption; Moralism; “Udenismo”; Middle Classes.

O tema que inspirou a elaboração deste artigo — “Genealogias do Escândalo Político” — convida, antes de tudo, a dois breves esclarecimentos de ordem conceitual. Em consonância com a tonalidade nietzschiana do primeiro termo, cumpre notar que problemas como o da *origem histórica* dos casos de corrupção, ou o das *causas sociais* da colisão entre as esferas do público e do privado, não serão pertinentes aqui. A ideia de “genealogia”, como indica Deleuze, envolve uma pergunta diferente.

A essência de uma coisa é descoberta na força que a possui [e] que nela se exprime, desenvolvida nas forças em afinidade com esta, comprometida ou destruída pelas forças que nela se opõem e que podem prevalecer: a essência é sempre sentido e valor. E, assim, a pergunta “o quê?” ressoa para todas as coisas e sobre todas as coisas: que forças, que vontade?

(...) Sendo dados um conceito, um sentimento, uma crença, serão tratados como os sintomas de uma vontade que quer alguma coisa. O que quer **aquele que diz** isso, que pensa ou experimenta aquilo? (DELEUZE, 1976: 63-64)

A “essência” do escândalo político, sua “forma”, seus “antecedentes históricos” interessariam menos — do ponto de vista da terminologia escolhida aqui — do que conhecer a qualidade dos agentes que o (d)enunciam. A pergunta se volta para o “quem”, e não para o “quê” (DELEUZE, 1976, pp. 62-63).

Estamos muito longe, assim, da metodologia de outro autor, a cuja obra todavia se impõe referir. Será, na verdade, objeto do segundo esclarecimento conceitual sugerido a partir do tema em pauta. Com capítulos intitulados, de forma algo redundante, “O que é escândalo” (cap. 1), “O surgimento do escândalo midiático”

(cap.2), “O escândalo como acontecimento midiático” (cap. 3) ou “A natureza do escândalo político” (cap. 4), o sociólogo John B. Thompson, da Universidade de Cambridge, assegura que seu livro “O Escândalo Político” seja necessariamente citado em qualquer discussão sobre o assunto. Apesar de seus esforços tipológicos (por meio dos quais distinguem o escândalo sexual, o escândalo financeiro e o escândalo político propriamente dito) e de suas intenções de reconstrução histórica de alguns casos emblemáticos, o estudo de Thompson é pobre em hipóteses e em conclusões. O labor descritivo e sua tradução automática em terminologia abstrata — o foco, em suma, na pergunta pelo “quê” — fazem surgir, já numa etapa bastante avançada do livro, passagens como esta:

Uma característica central dos escândalos de poder é que eles envolvem a revelação das formas ocultas do poder e os abusos de poder reais ou supostos que tinham, até então, sido ocultados por detrás dos ambientes públicos em que o poder é exercido e dos procedimentos publicamente reconhecidos através dos quais ele é exercido.

O desenvolvimento de novas formas de poder invisível, combinado com o surgimento da mídia, criou as condições para a emergência dos escândalos de poder. Esses são os escândalos em que formas ocultas de poder são repentinamente divulgadas no espaço público, dando origem ao tipo de desaprovação que constitui o escândalo. (THOMPSON, 2002: 240-241).

A trivialidade extrema de tais parágrafos seria argumento suficiente para descartarmos, sem maior prejuízo, esse item da bibliografia. O livro de Thompson traz uma indicação, entretanto, de enfoques mais interessantes a adotar numa análise do

escândalo político. Trata-se de entendê-lo no contexto de “lutas sociais que são travadas no campo simbólico” (THOMPSON, 2002: 31) — o que nos leva novamente a enfatizar o problema da *origem*, da *vontade* que o constitui. Será o que tentaremos fazer nas próximas páginas, a partir de uma rápida retrospectiva de alguns momentos da história republicana brasileira pós-1945.

Cabe ressaltar que entre nós, e de modo bem recente, no caso da Ação Penal 470, amplamente conhecido como “mensalão”, a questão “genealógica” foi aplicada com bastante clareza por uma das partes diretamente envolvidas no debate. Para os simpatizantes do PT, todo o escândalo — que envolvia o recebimento de recursos por deputados federais em troca de apoio a projetos do governo — só existiu em função dos exageros e parcialidades dos meios de comunicação, interessados em derrubar o primeiro governo de um líder operário na história do país. A identificação de uma vontade política, mais do que a análise dos fatos, fornecia a chave da interpretação.

O assunto foi exaustivamente debatido, não cabendo no contexto deste estudo apontar as razões, a meu ver sólidas e amplas, que impõem refutar essa versão; remeto apenas à série de artigos intitulada “Questões de Ordem”, que publiquei na Folha de S. Paulo nos anos de 2012 e 2013.

O fato de que, no mensalão, dinheiro público tenha sido realmente desviado para fins de corrupção de parlamentares não elimina, de todo modo, a aura simbólica e política específica de que esse escândalo se cercou. Na análise sobre de onde vem, “de quem parte” o escândalo dos mensaleiros, seria preciso recuar algumas décadas na história do Brasil, de modo a reencontrar aquele fenômeno que, até hoje, é identificado como “udenismo”, ou, numa terminologia não menos pejorativa, “moralismo de classe média”.

Udenismo, como sabemos, é um termo que surge no regime republicano de 1945-1964 para designar o conjunto de teses e atitudes defendidas pela UDN, a União Democrática Nacional, partido conservador formado na oposição à ditadura de Getúlio Vargas. Os escândalos políticos e administrativos da época eram vigorosamente denunciados pela chamada “banda de música”, o grupo mais aguerrido dos parlamentares do partido, e repercutiam amplamente na imprensa. Sem pretensões a um levantamento historiográfico, é possível afirmar que as denúncias e escândalos presentes na época iam do gravíssimo (o atentado contra o deputado oposicionista Carlos Lacerda, em 1954) ao despiciendo (a suposta apropriação de uma urna marajoara pelo então governador Adhemar Barros, em 1950). No primeiro caso, que caracteriza um escândalo político, mas não um caso de corrupção, o que está em jogo é acima de tudo o problema da herança ditatorial que ainda estaria presente nos métodos e esquemas de sustentação do presidente Getúlio Vargas, mesmo em plena vigência do regime democrático. No segundo caso, a desimportância econômica do objeto arqueológico apontava para outras suspeitas envolvendo um dos líderes do populismo paulista.

Um terceiro aspecto, contudo, era capaz de unificar — na ótica udenista — episódios tão distintos. Tratava-se de consideração bem mais grave: a de julgar intrinsecamente corrupto todo o sistema político. Na medida em que uma máquina sindical, criada e sustentada pelo governo, agitava através de reivindicações e causas demagógicas uma população insuficientemente instruída, o próprio resultado eleitoral era visto como impuro, como distorcido. A famosa frase do brigadeiro Eduardo Gomes, símbolo udenista e candidato às eleições presidenciais com o

final do Estado Novo, resumia essa percepção. Referindo-se aos sindicalistas formados sob a égide do varguismo, Eduardo Gomes acusou-os de “comer na marmita do povo”. Numa rápida reviravolta retórica, o varguismo tomou a frase como sinal de que o candidato desprezava a classe operária, gerando a célebre questão de quem acabaria recebendo “o voto dos marmiteiros”. Do ponto de vista simbólico, importa pouco a autenticidade de uma ou outra interpretação: o voto do eleitor consciente, urbano, instruído, tipicamente profissional liberal, proprietário de seus próprios meios de subsistência, “individualizado”, em suma, opunha-se a um fenômeno eleitoral de massas anônimas, sujeito à manipulação, à apropriação, ao “roubo”. Numa palavra, nesta fase histórica do Brasil, o escândalo político surge não necessariamente como um caso de corrupção financeira puro e simples. O “roubo” se estende à própria eleição; a democracia, na visão udenista, se falseia — e a “urna” é roubada.

Avançando algumas décadas, é possível notar uma significativa mudança no “status” do escândalo político durante o regime militar. Com a direita, ou a extrema direita, no poder, é notório que a crítica política direta foi simplesmente suprimida pela censura. A oposição pôde manifestar-se conforme surgiam brechas no sistema, mais ou menos amplas conforme as cisões no bloco de poder. A denúncia de casos de corrupção, quando possível, foi um dos mecanismos pelos quais se extravasou a vontade de condenar a ditadura como um todo. Nenhuma figura concentrou melhor os males simultâneos da corrupção e do autoritarismo quanto o primeiramente prefeito de São Paulo, e depois governador, Paulo Maluf. Não se tratava mais, evidentemente, de considerar “corrupto” um sistema que manipulava as massas, que as enganava, distorcendo a verdade das

urnas. A imagem de Maluf como a de um grande mentiroso, de um “Pinóquio”, fez história — mas de modo muito característico. Caracterizava-se um político voltado para negar as mais claras evidências, mais do que para mistificar a população por meio da manipulação eleitoral. Tratava-se do *repressor* da verdade, não de alguém que *forjasse* falsidades; se a mentira populista era, na visão de seus críticos, “sistêmica”, a mentira autoritária era antes de tudo reativa, teimosa, impermeável a qualquer diálogo.

Uma breve comparação com o período democrático anterior pode ser ilustrativa. Durante o governo Juscelino Kubitschek, uma revista de oposição dirigida por Amaral Netto — nome representativo do lacerdismo e, mais tarde, da adesão da Rede Globo à ditadura militar—estampava em sua primeira página repetidos ataques à suposta corrupção no governo federal. Numa foto, tirada durante um banquete, via-se o presidente da República simplesmente levando o garfo à boca. A chamada de capa exemplificava o extremo de generalidade grosseira de que *Maquis* era capaz: “E JK continua comendo”². Estava-se ainda seguindo o modelo da frase de Eduardo Gomes: “eles comem na marmita do povo”. A ninguém ocorreria, entretanto, explorar imagens semelhantes com Paulo Maluf — pela boa razão, entre outras, de que ele já era milionário. Seu ponto fraco era outro: o negaceio, a energia pessoal, a “esperteza”, o próprio sucesso como empresário compunham, em especial para o jornal oposicionista “O Estado de S. Paulo”, a imagem claramente preconceituosa do tratante, do comerciante desonesto, do “turco”. Se Adhemar de Barros era classicamente identificado, no “Estado”, como “o sr. A. de Barros” (de modo a reprimir, num formalismo exagerado, tudo o que havia de populista em chamá-lo de “Adhemar”), no caso de Paulo Maluf a redação do jornal chegou a adotar, durante algum tempo, a estratégia de chamá-lo de “Salim”³.

A referência odiosa à origem libanesa do governador não impediu, por outro lado, que o tema da corrupção ganhasse tons de esquerda nessa época. Em Maluf, visava-se não apenas o homem público capaz de negociatas, mas também o empresário aproveitador. Curioso que, na mesma época, mas não diretamente no caso de Maluf, tenha se tornado mais frequente a denúncia de quem “mama nas tetas do Estado” em oposição à crítica aos que se regalam na “comilança”. O “faminto” que se apossava da “república sindicalista” organizada por Vargas desaparece; no contexto de crescentes pressões pela privatização, parece apropriado relacionar a corrupção ao ato mais contínuo de “mamar”, com tudo o que sugere de dependência, de imaturidade (e não de apetite voraz). Num processo que reproduziria, aliás, a própria aliança de forças que levou à redemocratização do país em 1984-1985, a crítica de esquerda ao empresariado (para a qual o tema da corrupção servia quase como abreviatura e ponta do iceberg) se associou à crítica liberal que se fazia contra o estatismo geiseliano.

Na exacerbação do processo privatizante, que desembocaria na eleição de Fernando Collor (e de Fernando Henrique Cardoso poucos anos mais tarde), surgiria logo em seguida uma outra figura do corrupto — o “marajá”, denunciado pelo candidato do PRN e ex-governador de Alagoas numa bem-sucedida orquestração do escândalo político. Cabe lembrar, mais uma vez, que certamente era real a existência de funcionários públicos beneficiados com salários milionários na administração daquele Estado — ou de qualquer outro. O objeto da acusação, o tema do escândalo não deixava de ser significativo, entretanto, de uma mudança no clima ideológico mais amplo. O “rico”, o “milionário”, o beneficiário de um sistema injusto, deixa de ser

o industrial, o comerciante, para ser o parasita incrustado na máquina pública. É o desmonte do Estado, e não a expropriação ou a taxação da riqueza privada, o que cumpria empreender.

Como quem necessitava de moralização e punição era o próprio governo Collor, e o grupo de aproveitadores que se formou à sua sombra, foi rápido o processo pelo qual o tema da corrupção novamente inverteu seus sinais ideológicos, fazendo-se mais uma vez de esquerda; mas ia se acrescentando, desde o governo Sarney, de toques regionalistas. Era o caso de apontar para a existência de uma “elite” corrupta periférica, de aventureiros sem base partidária, de origem nordestina (a “República de Alagoas”), a que se adicionavam, numa versão mais permanente, o neocoronelismo de Antônio Carlos Magalhães, José Sarney e outros importantes personagens da coalizão que formou a “Nova República”.

A perspectiva desses escândalos de inícios da década de 1990 era, portanto, dupla. De um lado, o enfoque da “modernidade paulista”, a ser encarnado pelo PSDB, visava manter o programa privatizante de Collor de Mello, livrando o governo federal, contudo, de suas cores mais “bárbaras”, mais rudimentares; chegava-se, no máximo, à aliança nada desprezível com lideranças regionais do então PFL, como Antônio Carlos Magalhães. De outro, os casos de corrupção ressurgiram como sintomas de um “roubo” mais radical, e constitutivo do próprio sistema capitalista — a apropriação privada do excedente econômico gerado pelo trabalhador. Com a vitória do projeto privatizante de Fernando Henrique Cardoso, e com os subseqüentes casos de corrupção que vinham à tona — dos quais o escândalo da “compra de votos” para a reeleição do presidente foi o mais gritante — coube ao PT assumir o papel de principal acusador.

Ocorre que na dinâmica política, feita de fatos cotidianos e não de exposições teóricas, a denúncia estrutural do capitalismo

(e da forma com que se produzia, no Brasil, a associação entre poder público e interesse privado) obteve menor destaque do que a relativamente mais confortável atitude de ocupar o posto de “udenista”. Aquilo que, depois do caso do mensalão, passou a ser chamado de udenismo golpista pelos defensores do PT era uma das principais características do discurso do partido até 2002. A este respeito, são convincentes, ainda que não exaustivas, as demonstrações de Álvaro Nunes Larangeira, em *Da Virtude da Fala ao Silêncio da Palavra*. O autor analisa as contribuições de vários pensadores petistas para a revista *Teoria e Debate*, espécie de órgão teórico do partido. Leia-se, por exemplo, este longo trecho de um artigo para a edição de julho/agosto/setembro de 2000, citado no livro de Larangeira.

Impunidade e corrupção: os escândalos envolvendo o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, e o ex-senador Luiz Estêvão só perderam em repercussão para o envolvimento direto do ex-secretário geral da Presidência e amigo pessoal de FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Nas últimas semanas, o caso EJ, como foi batizado pela mídia, ocupou o espaço antes dedicado à corrupção do governo Pitta, uma onda que se estendeu de fiscais de feira a administradores regionais, com a conivência de vereadores e a participação direta do prefeito, afastado e depois reconduzido ao cargo por decisão judicial. As ramificações são tantas que mais correto é tratar o assunto como dado estrutural do malufismo, o “modo rouba mas faz” de governar. Natural, portanto, dada a extensão desse fenômeno, por sinal bastante antigo, que a corrupção seja um dos

centros táticos da campanha eleitoral oposicionista. Principalmente o PT, cuja imagem de incorruptível é reconhecida até pelos inimigos, tem investido fundo nas denúncias de malversação dos recursos públicos e tem fustigado a impunidade habitual dos criminosos de colarinho branco — como são chamadas, por exemplo, figuras como o ex-presidente Collor ou o senador Luiz Estêvão, colocado atrás das grades num dia e solto no dia seguinte. Os vínculos indissociáveis entre ética e política integram o patrimônio do Partido dos Trabalhadores. E a luta contra a corrupção, um corolário deste princípio, deve ser permanente, qualificada e diferenciada do moralismo udenista que por vezes nos contagia. (apud. LARANGEIRA, 2012: 60-61)

O reconhecimento de um “contágio” de moralismo udenista é sem dúvida mais notável do que as eventuais tentativas de afastar-se dele. Seja como for, o vírus logo seria debelado, ao menos se dermos crédito ao veredito que anos depois iria recair sobre o autor do artigo, o então deputado federal petista João Paulo Cunha.

Conforme demonstra Larangeira, o tema da corrupção desapareceria rapidamente das páginas da revista, e do discurso do PT em geral, tão logo veio à tona o escândalo dos mensaleiros (LARANGEIRA, 2012: 88 e ss.). Justificativas e argumentos posteriores — buscando “normalizar” o caso — inserem-se, naturalmente, no que há de habitual em todos os acusados de irregularidades. Mesmo a tonalidade “de esquerda” assumida posteriormente (segundo a qual seriam golpistas os acusadores do escândalo) não difere, em essência, do corriqueiro mecanismo retórico segundo o qual nasce apenas do interesse de adversários políticos a divulgação de calúnias a nosso respeito.

Desaparecera antes disso, com efeito, o diferencial que poderia dar ao discurso petista um caráter mais profundo que o do simples udenismo. Se havia ali algo além do oportunismo, do moralismo, da hipocrisia e da mera exploração do escândalo político, estava no esforço de ver na corrupção o sintoma de maneiras superadas de fazer política: toda a prática da “Nova República” envolvia, como sabemos, a conciliação com oligarquias regionais, o maciço uso de recursos midiáticos nas campanhas eleitorais, a acomodação com interesses ligados ao patrimonialismo e aos oligopólios privados.

A estratégia adotada para viabilizar a eleição de Lula em 2002 significou, entretanto, aceitar tudo isso. Nada mais ilustrativo desse processo do que a famosa cena, a que tanto se fez referência no julgamento da AP 470, do acordo entre PT e PL num quarto de apartamento por meio do qual, em troca da ajuda de R\$ 20 milhões, o PL concordava em indicar o vice da chapa lulista. Mesmo admitindo a total legalidade desse encontro — como argumentaram, à época do julgamento, os advogados de defesa dos envolvidos — o seu significado é altamente corrosivo. Do ponto de vista midiático, seu poder de gerar escândalo foi infinitamente menor do que episódios de maior intensidade cênica, como por exemplo o da famosa “dança da impunidade” protagonizada pela então deputada federal Ângela Guadagnin (PT-SP) no plenário da Câmara. Do ponto de vista político, todavia, todo o escândalo estava contido naquele acordo entre PT e PL; tratava-se de comprar, não os famosos votos de deputados no Congresso, mas o apoio de um partido inteiro, que assegurasse como vice-presidente a figura de um empresário — com o bônus de ser “cristão”.

Deixou a corrupção, assim, de ser metáfora política para qualquer outra coisa; os diferentes tons político-ideológicos que determinado escândalo poderia assumir, conforme

protagonizado por um ou outro lado da disputa partidária, de alguma forma se esmaeceram. Não é a menor ironia de todo o processo que, uma vez confrontados com revelações desse tipo, ainda haja simpatizantes do PT que simplesmente exijam um tratamento igual para outros corruptos — como os do PSDB —, a seu ver não atacados o bastante pela imprensa. O raciocínio finge esquecer que o governo federal concentra imediatamente mais importância do que administrações estaduais, e que a severidade das condenações ao PT, apesar de extrema, não terá sido tão grande quanto a severidade do próprio PT contra seus adversários, quando lhe cabia o papel de acusador. Não é isto, de todo modo, o principal. Trata-se de notar que a indiferenciação e disseminação dos escândalos — e das justificativas para que tenham ocorrido — reflete apenas a indiferenciação de práticas políticas e de alianças nos mais variados quadrantes do cenário político.

Sem dúvida, a questão de “quem” enuncia, e de “quem” protagoniza o escândalo político ainda persiste em alguns aspectos residuais. Chama a atenção, por exemplo, que nas acusações de corrupção contra o PT se tenha sempre mencionado o fato de que eventuais desvios de dinheiro serviam para a perpetuação de um “projeto de poder” (entendendo-se, implicitamente, que não se destinaram a enriquecer pessoalmente os acusados). A frase assumiu, nos pronunciamentos do Procurador-Geral da República e de alguns magistrados do SFT⁴ conotação claramente condenatória. Tomada isoladamente, contudo, a noção de “projeto de poder” e a intenção mesmo de “perpetuar-se” no governo não é alheia a nenhuma força política enquanto tal. Nada mais explicitamente revelador de tal intuito, vale

lembrar, do que o desejo de Fernando Henrique Cardoso de incluir-se entre os beneficiários de uma emenda pela reeleição do presidente. Comprovado o caso de corrupção de deputados, nada banal, e o caso menos incomum de desvio de dinheiro público para financiar gastos de campanha, o escândalo do mensalão tem gravidade inegável — mas não seria tão grave se tivesse sido protagonizado por uma agremiação de históricos laços com a fisiologia. Partindo de quem partiu, sua genealogia oferece um contraste mais gritante. Curioso, entretanto, que essa percepção se traduza nos termos acima mencionados: é a existência de um “projeto de poder” o que tornaria mais perigosas as irregularidades reveladas. A própria virtude, como se vê, também faz suas homenagens ao vício, alimentando-o ainda mais.

NOTAS

¹Mestre em Sociologia pela FFCLH-USP e articulista do Jornal “Folha de S. Paulo”.

²V. revista *Maquis*, n. 14, primeira quinzena de dezembro de 1956. Esta edição parece repetir, em sua capa, fórmula de algum número anterior, que se acreditou bem-sucedida, e cuja referência não pudemos encontrar.

³Cf. por exemplo, as edições de 16/1/1985, pág. 3; 9/5/1982, pág. 3; 15/7/1982, pág. 3.

⁴<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/10/10/apos-condenar-petistas-ayres-britto-diz-que-projeto-de-poder-do-pt-era-golpe.htm>;

REFERÊNCIAS

DELEUZE, GILLES. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

LARANGEIRA, ALVARO NUNES. *Da Virtude da Fala ao Silêncio da Palavra: Estratégias Comunicacionais do PT no Caso Mensalão*. Curitiba: UTP, 2012.

THOMPSON, JOHN B. *O Escândalo Político — Poder e Visibilidade na Era da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.